

**ALTERAÇÃO DE ESTATUTO**  
**ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENGENHEIROS FLORESTAIS – APEF**  
**2025**

**CAPÍTULO I**  
**DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

**Art. 1** – Este estatuto tem por escopo a regulamentação das atividades da Associação Paranaense de Engenheiros Florestais – APEF. **Organização civil de âmbito estadual com duração indeterminada, sem fins econômicos** e com sede e foro na rua Nilo Cairo, nº 232, apartamento 207, segundo andar do condomínio Ricardo, bairro centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80060-050, fundada em 24 de outubro de 1967.

**Art. 2** – A APEF tem por objetivos:

- a) Congregar a categoria dos Engenheiros Florestais e estudantes de Engenharia Florestal no Estado do Paraná;
- b) Representar os interesses dos associados junto às instituições públicas e privadas, autoridades administrativas, legislativas e judiciárias, junto às entidades de classe, incluindo o Sistema CONFEA/CREA/MUTUA, a fim de fortalecer a categoria e ampliar sua atuação junto à sociedade paranaense, sempre zelando pelo bom nome da entidade;
- c) Promover a valorização profissional do Engenheiro Florestal por meio do pleno exercício da profissão, o fiel cumprimento e aprimoramento das leis específicas vigentes e respeito ao Código de Ética Profissional;
- d) Desenvolver relações com as demais associações classistas e órgãos representantes das atividades profissionais da engenharia florestal e áreas correlatas;
- e) Defender as atribuições da classe junto às instituições públicas e privadas buscando o pleno exercício da profissão;
- f) Cooperar, prestar apoio e auxílio às demais Associações e Sociedades de Engenheiros Florestais, para melhorar a integração dos profissionais de engenharia florestal.

**§1º** - Para cumprir com seus objetivos sociais acima estabelecidos a APEF, poderá:

- a) Estabelecer convênios com empresas e instituições de interesse desta entidade de classe profissional, mediante contribuições voluntárias à Associação;
- b) Organizar e coordenar palestras, cursos, conferências, seminários, eventos e exposições sobre assuntos de interesse da classe, buscando aperfeiçoamento dos Engenheiros Florestais do Paraná e na participação da construção de uma sociedade sustentável, assim como prezar pela ética entre os profissionais de Engenharia Florestal;
- c) Produzir, publicar, editar, distribuir, vender, revender e divulgar materiais da própria entidade ou de terceiros, tais como: livros, revistas, vídeos, filmes, fotos, fitas, “lives”, em meios físicos e digitais e materiais diversos;

- d) Organizar eventos técnicos e científicos para a difusão da ciência, conhecimento e competências profissionais do engenheiro florestal;
- e) Realizar prospecção, gravação, edição e divulgação de imagens, músicas e reportagens relacionadas com suas diversas atividades;
- f) Documentar, por meios diversos, suas atividades, assim como os fatos e situações que tiverem relação com seus objetivos;
- g) Gerenciar, contratar, rescindir e demitir recursos humanos;
- h) Firmar contratos e convênios e/ou associar-se com outras pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- i) Arrecadar contribuições financeiras de quaisquer fontes de doadores sejam pessoas físicas ou jurídicas, sócios ou não sócios;
- j) Mobilizar recursos de todas as formas, conforme atos legais vigentes;

**§2º** - As contribuições financeiras serão sempre aplicadas para a consecução dos objetivos sociais e técnicos da APEF-

**§3º** - É expressamente vedada qualquer atividade, ato ou manifestação de natureza político partidária.

**§4º** - Todos os resultados financeiros positivos, oriundos das atividades da APEF deverão ser convertidos em melhorias técnicas, gerenciais e operacionais da APEF.

## **CAPÍTULO II**

### **DA CONSTITUIÇÃO, ADMISSÃO, CONTRIBUIÇÃO, DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS**

**Art. 3** – O quadro social da APEF, compõe-se das seguintes categorias de Associados:

- a) Associados Fundadores;
- b) Associados Remidos;
- c) Associados Efetivos;
- d) Associados Profissionais;
- e) Associados Acadêmicos.

**§1º** - São Associados Fundadores, os Engenheiros Florestais que participaram da reunião inicial para a fundação da Associação e os trinta primeiros associados que participaram da 1ª AGO;

**§2º** - São Associados Remidos, os Engenheiros Florestais que contribuíram financeiramente com a APEF, em dinheiro em cota única, independente de outras contribuições já feitas, com a importância equivalente a 50 (cinquenta) vezes a anuidade vigente, ou os Associados acima de 75 (setenta e cinco) anos;

**§3º** - São Associados Efetivos os Engenheiros Florestais que possuam registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e que exerçam a profissão abrangida pelo Sistema CONFEA/CREA, conforme definido na legislação vigente.

- a) Apenas os Sócios Efetivos terão elegibilidade para cargos de direção e representação institucional perante o CREA/PR;
- b) São considerados, também, Sócios Efetivos os Associados Fundadores e Remidos com CREA ativo.

**§4º** - São Associados **Profissionais** os Engenheiros Florestais, sem CREA ativo, e que estejam com a contribuição anual da APEF em dia.

**§5º** - São Associados Acadêmicos, os estudantes inscritos em cursos de Engenharia Florestal e regulares.

**§6º** Os Sócios Fundadores, Remidos, Efetivos e Profissionais constituem o núcleo deliberativo da entidade, com direito a voz e voto nas Assembleias Gerais.

a) **Apenas os Sócios Efetivos terão elegibilidade para cargos de direção e representação institucional perante o CREA/PR.**

**Art. 4** – A admissão dos associados nas diversas categorias se processará da seguinte forma:

**§1º** - O profissional que desejar se associar à APEF, deverá preencher formulário de cadastro disponibilizado pela Associação;

**§2º** - A admissão dos Associados na APEF será efetivada por meio da análise do cadastro na APEF mediante confirmação de contribuição da anuidade vigente;

**Art. 5** – A sistemática e valores das contribuições anuais, (anuidades), serão definidas e estipuladas em Reunião de Diretoria e registrada em ATA;

**§1º**- Os Associados das categorias Fundador e Remido estão isentos de contribuição de anuidades;

**§2º** - Os Associados Acadêmicos contribuirão com valores determinados em Reunião de Diretoria e registrada em ATA.

**§3º**- Os Associados Efetivos e Profissionais, quando comprovadamente desempregados ou sem renda por mais de seis meses, poderão solicitar à Diretoria Executiva da APEF a redução de sua contribuição anual ao mesmo nível dos Associados Acadêmicos.

**Art. 6** – A Tesouraria atualizará anualmente, até o dia 31 de março do ano vigente e comunicará ao Conselho Deliberativo e Fiscal a situação financeira da Associação e de cada associado da APEF, referente ao ano anterior.

**Art. 7**– São direitos dos Associados:

- a) Receber amparo e assistência da Associação, de acordo com as disposições contidas neste estatuto;
- b) Recorrer à Assembleia Geral, por escrito, das decisões contrárias aos seus interesses, aos da categoria ou da APEF, tomadas em sessões do Conselho Deliberativo ou da Diretoria Executiva;
- c) Votar e ser votado para quaisquer cargos ou comissões da APEF;
- d) Encaminhar à Diretoria Executiva, por escrito, proposições devidamente justificadas, que mereçam a intervenção da APEF;
- e) Propor a admissão de novos Associados;
- f) Participar das sessões ordinárias do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva, mediante convite deste Conselho e da Diretoria Executiva, respectivamente;

- g) Propor a convocação por escrito de Assembleia Geral (AG), com adesão de mais de um quinto dos Associados na referida Assembleia. A comunicação da AG pode ser feita aos associados por meio físico ou eletrônico;
- h) Representar a Associação, isoladamente, ou em comissão, quando devidamente credenciado pelo Presidente, pela Diretoria Executiva ou pela Assembleia Geral.

**Art. 8** – Os Associados Acadêmicos possuem os mesmos direitos dos demais associados, exceto votar e ser votado para cargos eletivos da APEF ou convocar a Assembleia Geral.

**Art. 9** – São deveres dos Associados:

- a) Acatar e obedecer ao presente Estatuto;
- b) Observar os ditames do Código de Ética Profissional;
- c) Contribuir para o desenvolvimento da Categoria dos Engenheiros Florestais e da APEF cooperando para que sejam atingidos seus objetivos;
- d) Desempenhar com dedicação o cargo e funções para os quais forem eleitos ou designados;
- e) Efetuar pontualmente as contribuições de anuidades até o dia 31 de março do ano vigente.

**§1º** – Os Associados que não estiverem em dia com suas anuidades, não poderão usufruir dos benefícios ofertados pela APEF.

**§2º** – Os Associados que não estiverem em dia com suas anuidades, não poderão falar, posicionar-se em nome da APEF ou da sua Diretoria Executiva, sem o consentimento prévio e formal da Diretoria Executiva em exercício administrativo.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS FALTAS E PENALIDADES**

**Art. 10** – A Associação, em caso de faltas cometidas pelos seus associados, usará as seguintes medidas disciplinares, sempre comunicados por meio de comunicação oficial formal:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária;
- c) Exclusão.

**Art. 11** – São passíveis de medidas disciplinares de advertência ou suspensão temporária, os associados que cometerem faltas contra os deveres constantes do presente Estatuto e do Código de Ética Profissional.

**Art. 12** – São passíveis de exclusão do quadro associativo, os associados que:

- a) Cometerem faltas graves (definições no Comitê de Ética APEF) contra a Associação ou contrariarem as normas deste Estatuto e do Código de Ética Profissional;
- b) Fazer-se admitir no quadro social por meio de declaração ou documentos falsos;

- c) Deixar de pagar as anuidades ou contribuições voluntárias devidas, por mais de 02 (dois) anos consecutivos;
- d) Expressarem-se em nome da APEF, sem a formalidade devida pelos diretores da Associação;
- e) Casos não contemplados neste Artigo, serão objeto de análise pelo Comitê de Ética da APEF, (Artigo 13, alínea d) a ser formado, a qualquer tempo, por membros da Diretoria da APEF, Conselho Deliberativo e Fiscal e pelo menos (03) três associados florestais, convidados, em convocação extraordinária.

**§ 1º** - Todas as medidas disciplinares serão tomadas em reunião da Diretoria Executiva em exercício, com anuência do Conselho Deliberativo e quando aplicável ouvido o parecer do Comitê de Ética;

**§ 2º** - O Associado que receber uma medida disciplinar poderá recorrer de tal decisão à instância superior - Conselho Deliberativo ou Assembleia Geral - desde que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias da data de comunicação formal de sua punição;

**§ 3º** - As medidas disciplinares são estritamente confidenciais e de foro íntimo entre o associado penalizado e a Diretoria Executiva da Associação em exercício.

#### **CAPITULO IV** **DA ADMINISTRAÇÃO, DIREÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

**Art.13** – São órgãos de administração, direção e fiscalização da Associação:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho Deliberativo e Fiscal;
- c) Diretoria Executiva;
- d) Comitê de Ética;
- e) Comitê de Eleição.

#### **DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Art. 14** – A Assembleia Geral dos associados é o órgão supremo da APEF e tem atribuição para deliberar sobre todos os assuntos de interesses dos associados, aos objetivos ou à vida da Associação.

**Art.15** – As Assembleias Gerais podem ser.

- a) Ordinárias;
- b) Extraordinárias.

**§1º**- As Assembleias Gerais Ordinárias serão realizadas a cada 03 (três) anos, em setembro, para constituição do Comitê de Eleição e no primeiro trimestre de cada ano para julgamento e aprovação do relatório de atividades realizadas e prestação de contas da Diretoria Executiva, relativo ao período de exercício administrativo anterior.

**§2º** - As Assembleias Gerais Extraordinárias poderão ser convocadas em qualquer época do ano pelo Conselho Deliberativo e Fiscal, pela Diretoria Executiva em exercício ou mediante

solicitação formal de no mínimo um quinto dos Associados, em pleno gozo de seus direitos e deveres, dando a razão da convocação, a qual será, específica e exclusivamente para o assunto da ordem do dia;

**§3º** - A convocação das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias deverão respeitar o prazo de 5 (cinco) dias úteis anteriores à data da Assembleia Geral convocada;

**§4º** - As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias poderão ser realizadas remotamente por meio eletrônico de reunião dada à localização dispersa dos associados por todo território do Estado do Paraná e outras regiões.

**Art.16** – As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias se constituem, funcionam e deliberam validamente se instalando em primeira convocação com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos associados mais um e em segunda convocação, decorridos no mínimo 15 (quinze) minutos da hora fixada para a primeira convocação, com qualquer número de associados com direito a voto.

**Parágrafo Único** – Se não atingir o número de participantes em primeira convocação previsto no caput deste Artigo, funcionarão em segunda convocação após 15 minutos do horário marcado para a primeira, com qualquer número de Associados presentes, em dia com seus deveres financeiros e com direito a voto.

**Art. 17** – As Assembleias Gerais são convocadas mediante edital publicado por meio eletrônico de comunicação como E-mail, redes sociais como *WhatsApp, Telegram, Signal, Facebook* e outros que porventura surgirem, bem como, através do Site da Associação na Web, com antecipação mínima de 5 (cinco) dias úteis. O edital de convocação fixará o local, dia e hora da Assembleia em primeira e segunda convocação, bem como a ordem do dia.

**Parágrafo Único** – As Assembleias Gerais são presididas pelo Presidente da APEF ou, na falta desse, por seu substituto legal, conforme determina o presente Estatuto em seu artigo 27.

## **DO CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL**

**Art. 18** – O Conselho Deliberativo e Fiscal é o órgão superior da Administração, sem funções executivas, porém, de poder resolutivo e fiscalizatório sobre as atribuições e atividades da Associação.

**Parágrafo Único** – O Conselho Deliberativo e Fiscal compõe-se de 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes, eleitos juntamente com os membros da Diretoria Executiva e com mandato de 3 (três) anos, sem remuneração.

**Art. 19** – Compete ao Conselho Deliberativo e Fiscal.

- a) Definir e fazer cumprir as atribuições, objetivos, prioridades, diretrizes e estratégias da APEF;
- b) Julgar, opinar e deliberar sobre o plano estratégico de trabalho e desempenho da APEF;
- c) Interpretar e fazer cumprir este Estatuto, deliberando sobre casos omissos;
- d) Julgar as faltas graves dos associados, deliberando sobre as penalidades;

- e) Convocar Assembleias Gerais quando julgar conveniente;
- f) Tomar parte nas reuniões da Diretoria Executiva, com direito a voto;
- g) Emitir parecer e aprovar o balanço financeiro anual;
- h) Apreciar os nomes propostos pela Diretoria Executiva, quando do preenchimento de cargos definidos por esse estatuto, exceto os cargos de Conselho Deliberativo e Fiscal;
- i) Elaborar seu regimento interno, desde que não fira o caput deste estatuto.

**Art. 20** – O Conselho Deliberativo e Fiscal elegerá o seu Presidente dentre os seus membros, por maioria absoluta.

**Art. 21** – O Conselho Deliberativo e Fiscal terá um Secretário, nomeado dentre os seus membros, ao qual compete:

- a) Redigir as atas das sessões;
- b) Redigir a expediente do Conselho Deliberativo e Fiscal, que assinará com o Presidente;
- c) Substituir o Presidente no Conselho Deliberativo em sua ausência ou impedimento.

**Art. 22** – O Conselho Deliberativo e Fiscal irá se reunir quando solicitado por seu Presidente, pela maioria simples de seus membros efetivos ou pela Diretoria Executiva da APEF.

**Art. 23** – O Conselho Deliberativo e Fiscal somente poderá deliberar com a presença de todos seus membros efetivos ou na falta desses, por seus suplentes.

**Parágrafo Único** – Na impossibilidade de um ou mais conselheiros efetivos não comparecerem às reuniões, o Presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal convocará os suplentes necessários para completar o quórum de 3 (três) membros.

#### **DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art. 24** – A APEF será administrada, por uma Diretoria Executiva, composta de 06 (seis) membros, eleitos de conformidade com o presente Estatuto, com mandato de 03 (três) anos e sem remuneração de qualquer natureza.

**Art. 25** – A Diretoria Executiva será composta dos seguintes cargos:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário Geral;
- d) 1º Secretário;
- e) Tesoureiro Geral;
- f) 1º Tesoureiro.

**Art. 26** – À Diretoria Executiva compete:

- a) Administrar e promover o desenvolvimento da APEF, dando o fiel cumprimento ao Estatuto, instruções e resoluções em vigor e às deliberações do Conselho Deliberativo e Fiscal e Assembleias Gerais;
- b) Propugnar pela maior participação e representatividade da Categoria dos Engenheiros Florestais na sociedade brasileira e junto aos escalões decisórios da vida nacional;
- c) Elaborar os regulamentos e instruções julgadas indispensáveis ao bom andamento dos serviços, instituições, entidades ou atividades mantidas pela Associação;
- d) Organizar orçamento anual e cuidar da gestão financeira e outros negócios pertencentes à Associação;
- e) Examinar os balancetes mensais e anuais;
- f) Apresentar justificativas das dívidas e investimentos realizados de forma clara e aprovada em Assembleia Geral;
- g) Organizar relatório anual de atividades realizadas e prestar de contas de seus atos administrativos;
- h) Convocar as Assembleias Gerais e outras reuniões previstas neste Estatuto;
- i) Promover e resolver sobre a admissão de Associados;
- j) Admitir e dispensar empregados, voluntários, prestadores de serviço;
- k) Manter documentos e mecanismos de controle das suas atividades;
- l) Prestar contas da conservação do patrimônio e dos recursos financeiros arrecadados em seu nome;
- m) Resolver sobre conferências, exposições, publicações, consultas, solicitações, cursos, seminários, congressos eventos diversos, reuniões sociais e tudo o que diga respeito às atividades da Associação;
- ~~n) Promover a Eleição de representantes do sistema CREA/CONFEA (conforme a Resolução 1075/16 e Lei 13019/14) e suas alterações posteriores; Excluído inserido no artigo 51.~~
- o) Nomear representantes, "*ad-referendum*", do Conselho Deliberativo e Fiscal, SBEF, em órgãos e instituições para os quais seja necessária a representação da APEF;
- p) Criar Departamentos, Diretoria Executivas Adjuntas, Comissões, Conselhos e Órgãos Auxiliares da Diretoria Executiva;
- q) Deliberar e aprovar ações sobre assuntos diversos, sinistros e ações administrativas contra associados;
- r) Executar as decisões da Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária;
- s) Apresentar anualmente à Assembleia Geral Ordinária com parecer do Conselho Deliberativo e Fiscal o Relatório compreendendo o balanço, demonstração da receita e despesa;
- t) Fazer cumprir todos os dispositivos deste Estatuto e responder ativa, passiva e judicialmente, a qualquer tempo, sobre atos de sua gestão.



**§1º** - Os membros da Diretoria Executiva deverão reunir-se ordinariamente dentro do programa traçado no início da gestão e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou por 3 (três) dos seus membros, só podendo deliberar com a presença mínima da maioria simples de seus membros. As reuniões poderão ser presenciais ou remotas por meio eletrônico;

**§2º** - O membro da Diretoria Executiva que, sem justa causa, faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) reuniões alternadamente perderá o seu mandato;

**§3º** - As vagas da Diretoria Executiva que se derem no transcurso do mandato serão preenchidas de acordo com o que dispõe o Capítulo IX deste Estatuto, no seu Art. 51.

**Art. 27** – Ao Presidente compete:

- a) Representar a APEF, em juízo ou fora dele;
- b) Supervisionar toda atividade da Associação, assim como fiscalizar o cumprimento do Estatuto e regulamento;
- c) Executar os atos emanados das Assembleias Gerais, do Conselho Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva;
- d) Representar a Associação em solenidades, reuniões, conferências e congressos ou nomear substitutos ou comissões para esses fins;
- e) Nomear comissões para estudos de questões atinentes à Associação, à classe dos Engenheiros Florestais e às atividades de engenharia florestal em geral;
- f) Convocar as Assembleias Gerais e reuniões do Conselho Deliberativo e Fiscal;
- g) Autorizar a execução de pagamentos;
- h) Assinar com o Tesoureiro Geral, quaisquer atos que envolvam a responsabilidade financeira da entidade ou que se relacione com o seu patrimônio;
- i) Assinar com o Secretário Geral a correspondência da Associação;
- j) Assinar com o Vice-Presidente e Tesoureiro Geral balancetes para aprovação do Conselho Deliberativo e Fiscal
- k) Rubricar os documentos de escrituração da Associação
- l) Executar atos que por sua natureza dispensam prévias aprovações do Conselho Deliberativo e Fiscal, prestando-lhe contas posteriormente
- m) Nomear e demitir os Diretores Adjuntos de Departamentos, Chefes de Comissões e de Órgãos Auxiliares da Diretoria Executiva, com a aprovação do Conselho Deliberativo e Fiscal
- n) **Assinar as carteiras de identificação e declarações dos associados, mediante demanda.**

**Parágrafo único** – Nas ausências do Presidente, o Vice-Presidente será seu substituto e na ausência deste um dos membros da Diretoria Executiva indicado pelo Presidente, na seguinte ordem: Secretário Geral, Tesoureiro Geral, 1º Secretário, 1º Tesoureiro.

**Art. 28** – Ao Vice-Presidente compete:

- a) Substituir o Presidente nos impedimentos deste;
- b) Supervisionar e coordenar o sistema administrativo da APEF;
- c) Assessorar o Presidente nos atos de qualquer natureza que digam respeito a APEF;

- d) Captar recursos financeiros a APEF, através de promoções, doações e contribuições;
- e) Coordenar campanhas de novos associados e promover a regularização da situação dos já associados;
- f) Supervisionar e responsabilizar-se juntamente com o Tesoureiro, todos os atos que envolvam responsabilidades financeiras da entidade ou que se relacionem ao patrimônio da APEF;
- g) Responsabilizar-se pelo patrimônio da APEF;
- h) Assinar, juntamente com o Presidente e Tesoureiro Geral os balancetes mensais e anuais para apreciação do Conselho Deliberativo e Fiscal.

**Art. 29** – Ao Secretário Geral compete:

- a) Lavar e manter as Atas das Assembleias Gerais e reuniões da Diretoria, documentadas e atualizadas;
- b) Secretariar as reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais;
- c) Operacionalizar e executar a administração da APEF, mantendo atualizados e sob sua responsabilidade os documentos, as correspondências e os cadastros dos associados;
- d) Organizar e dirigir a secretaria;
- e) Redigir o expediente da Associação para assinatura do Presidente;
- f) Substituir o Vice-Presidente e/ou Presidente com as mesmas prerrogativas destes;
- g) Convocar as Assembleias, Reuniões de Diretoria Executiva e outras à ordem do Presidente ou do Conselho Deliberativo e Fiscal;
- h) Redigir e assinar convites, ofícios, correspondências e circulares de comunicações da Diretoria Executiva;
- i) Verificar o quórum legal dos associados nas Assembleias Gerais;
- j) Nomear o Comitê de Eleição;
- k) Emitir certificados e documentos aos associados;
- l) Manter a guarda e proteção dos Arquivos da Associação.

**Art. 30** – Ao 1º Secretário compete:

- a) Substituir o Secretário Geral na sua ausência ou impedimento legal;
- b) Encarregar-se dos arquivos da Associação e do formulário de cadastro;
- c) Secretariar as sessões das Assembleias Geral Ordinárias e Extraordinárias, na falta do Secretário Geral;
- d) Secretariar as reuniões de Diretoria Executiva, na falta do Secretário Geral
- e) Assessorar todos os trabalhos do Secretário Geral.

**Art. 31** – Ao Tesoureiro Geral compete:

- a) Manter em ordem os serviços contábeis da entidade e aqueles que dizem respeito às finanças e ao patrimônio da APEF;

- b) Ter sob sua responsabilidade toda documentação de caráter contábil e financeiro;
- c) Assinar recibos de qualquer cobrança;
- d) Submeter à Diretoria Executiva, mensal e anualmente, o balancete de receitas e despesas e ao final da Gestão o Balanço Geral;
- e) Assinar com o Presidente e Vice-Presidente os balancetes para aprovação do Conselho Deliberativo e Fiscal;
- f) Controlar as receitas e as despesas da Associação, em conta bancária em nome da Associação, conjuntamente com o Presidente;
- g) Fornecer aos Associados, quaisquer informações de caráter contábil e fiscal, desde que aprovadas pela Diretoria Executiva.

**Art. 32** – Ao Primeiro Tesoureiro compete:

- a) Auxiliar o Tesoureiro Geral e substituí-lo em sua ausência ou impedimento legal.

### DO COMITÊ DE ÉTICA

**Art. 33** – O Comitê de ética da APEF é instrumento de aperfeiçoamento da atuação dos profissionais e deverá ter como referência o compromisso com a ética profissional adequada.

**§1º** - O Comitê de Ética da APEF é orientado pelo seu regimento interno e aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo e Fiscal;

**§2º** - O Comitê de Ética da APEF poderá ser composto por Associados Efetivos, Profissionais, Remidos e/ou Fundadores;

**§3º** - O Comitê de Ética da APEF poderá ser formado, a qualquer tempo, por membros da Diretoria da APEF, Conselho Deliberativo e Fiscal da APEF e pelo menos (03) três associados efetivos, convidados pela Diretoria Executiva, em convocação extraordinária.

### DO COMITÊ DE ELEIÇÃO

**Art. 34** – O Comitê de Eleição da APEF é instrumento de administração para atuação na organização das eleições de substituição da Diretoria Executiva em exercício e deverá seguir os compromissos do código civil.

**§1º** - Comitê de Eleição será formado de no mínimo três Associados Efetivos, Profissionais, Remidos e/ou Fundadores, não candidatos à eleição, sendo composto por um presidente do Comitê de Eleição e os outros dois, denominados membros do Comitê de Eleição;

**§2º** - O Comitê de Eleição será nomeado, em comum acordo pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo e Fiscal da gestão vigente da APEF;

**§3º** - O Comitê de Eleição será nomeado um mês antes da data da eleição e responderá por todo o processo eleitoral da APEF;

**§4º** – O Comitê de Eleição deverá organizar todos os processos, documentos de chamada da eleição e seu encerramento;

**§5º** – O Comitê de Eleição será destituído de suas funções após entrega de documento de legitimação da eleição “Ata de Eleição da APEF” contendo os resultados da eleição, devidamente registrado em cartório.

## **CAPÍTULO V DAS ELEIÇÕES**

**Art. 35** – A eleição da Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo e Fiscal será realizada a cada 3 (três) anos, na primeira quinzena de novembro, para tal fim convocada por meio de comunicação eletrônica, pelo site da APEF e por redes sociais com um prazo mínimo de 15 (quinze) dias, sendo realizada por meio de voto secreto.

**§1º** – A presidência e a coordenação do Comitê de Eleição serão efetivadas pelo Secretário Geral, de acordo com letra “j” do Art. 29 deste estatuto;

**§2º** - A convocação da eleição será feita pelo Presidente da APEF de conformidade com o presente Estatuto, secretariado pelo Comitê de Eleição.

**Art. 36** – Somente poderão votar os Associados Fundadores, Remidos, Efetivos e Profissionais em pleno gozo de seus deveres e direitos.

**Parágrafo Único** – Competirá à Diretoria Executiva, na pessoa do presidente, providenciar a relação de Associados quites e em condição de votar, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias das eleições, devendo esta ser mantida atualizada até o dia da votação.

**Art. 37** – A eleição será realizada por meio de chapas e seu registro é livre dentro das limitações deste Estatuto.

**§1º** - As chapas devem ser registradas, com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do pleito, em pedido feito à Presidência, com anuência por escrito de todos os candidatos, acompanhado de seu respectivo plano estratégico de trabalho;

**§2º** - Compete à Diretoria Executiva a divulgação das chapas registradas, até a data legal, aos Associados por meio de comunicação eletrônica e-mail, redes sociais e no site da APEF;

**§3º** - É vedada a substituição de nomes e cargos nas chapas depois de registradas, ressalvado algum impedimento legal julgado pelo Conselho Deliberativo e Fiscal;

**§4º** - As eventuais substituições serão concedidas por solicitação do candidato à Presidente na chapa e anuência dos substituídos e substitutos;

**§5º** - Somente poderão ser votadas as chapas registradas, sendo elegíveis somente Associados Fundadores, Remidos e Fundadores com no mínimo seis meses de associação. Não poderão compor as chapas os Associados Profissionais e Acadêmicos.

**Art. 38** – A Diretoria Executiva designará, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência ao pleito, o Comitê de Eleição a fim de coordenar, tratar e tomar medidas com respeito às eleições, a qual funcionará como fiscalizadora e aprovadora dos resultados.

**Art. 39** – A votação poderá ser realizada presencial e remotamente por meio do site da APEF, CREA etc., sendo que sua convocação, comunicação e disposição de link de acesso poderá ser realizada pelos meios eletrônicos *E-mail, WhatsApp, Telegram, Signal, Facebook* e outros que porventura surgirem.

**§1º** - No caso da votação presencial, os eleitores, após assinarem o livro de presença, receberão envelopes em branco, rubricados pela mesa receptora, colocando seu voto em urna própria, que deverá estar situada ao lado da mesa receptora;

**§2º** - A votação por meio de comunicação eletrônica e pelo site da APEF e ou CREA, transcorrerá no mesmo período da votação presencial do dia do pleito;

**§3º** - Os votos duplicados de um mesmo associado serão ambos anulados;

**§4º** - É vedado o voto por procuração;

**§5º** - O voto é secreto e deverá conter o nome e/ou número da Chapa selecionada;

**§6º** - Votos com dados incompletos, rasuras e mais de uma opção selecionada serão considerados nulos;

**§7º** - Só serão considerados válidos os votos dos Associados em dia com seus deveres e direitos de associado.

**Art. 40** – Os associados poderão acompanhar o pleito no local de apuração dos votos que será previamente publicado pela Comitê de Eleição.

**§1º** - Cada Chapa concorrente poderá designar 2 (dois) associados, em pleno gozo de seus direitos, como Fiscais da eleição;

**§2º** - Os Fiscais atuarão junto ao Comitê de Eleição no local de apuração dos votos.

**Art. 41** - A instalação da Assembleia Geral, para fins de eleição, se dará das 09:00 às 17:00 horas, ou em outro horário definido pelo Comitê Eleitoral, funcionando no mesmo período, a recepção dos votos físicos e nos meios digitais, passando-se em seguida à apuração.

**Art. 42** – A apuração dos votos será realizada logo após o encerramento do período de votação presencial e digital, no mesmo local de ocorrência das eleições presenciais, comunicado pela Comitê de Eleição e encerrando-se após apurado último voto.

**§1º** - Dúvidas suscitadas pela mesa apuradora serão resolvidas em primeira instância pelo Comitê de Eleição e em segunda instância pelo Conselho Deliberativo e Fiscal;

**§2º** - Terminada a apuração, o Comitê de Eleição elaborará a Ata de Apuração da Eleição que será assinada pelos membros do Comitê de Eleição, pelos Fiscais presentes e registrada em cartório;

**§3º** - A Ata de Apuração deverá conter no mínimo:

- a) Data, local e forma da eleição;
- b) Número total de votos válidos;
- c) Número de votos nulos;
- d) Número de votos válidos por chapa;
- e) Nome e assinatura dos membros da Comitê de Eleição;

- f) Nome e assinaturas dos fiscais presentes na apuração;
- g) Cópia de todos os documentos gerados durante todo o processo e período estabelecido para a Eleição;
- h) Data e local de apuração;
- i) Declaração da chapa vencedora do pleito.

**Art. 43** - O material relativo à eleição será guardado pela Comitê de Eleição durante 05 (cinco) dias úteis, findos os quais, não será admitida qualquer impugnação.

**Art. 44** – Em caso de irregularidade comprovada no pleito, qualquer Associado ou membro de uma chapa concorrente poderá recorrer ao Conselho Deliberativo e Fiscal solicitar a sua revisão e decisão e esse terá o prazo máximo de vinte e quatro horas para se pronunciar a respeito, por meio de documentação formal.

**Parágrafo Único** – O prazo para solicitação de anulação da eleição é de 48 horas após a publicação do resultado do pleito no site da APEF e outros meios digitais aplicáveis.

**Art. 45** - É vedado o uso de procuração simples ou passada em Cartório para fins de eleição.

**Art. 46** – Serão considerados eleitos para os cargos, os componentes da chapa mais votada e, em caso de empate, será convocada nova eleição a ser realizada em 30 (trinta) dias após a conclusão da primeira apuração.

**Parágrafo Único** – Em caso de continuidade do empate, vencerá o pleito, o candidato de maior idade.

**Art. 47** – O Secretário Geral providenciará a Ata de posse dos membros da chapa eleita, que deverá ser assinado pelo Presidente da APEF, pelo Secretário Geral e pelos empossados e registrada em cartório.

**Parágrafo Único** – O Secretário Geral promoverá o Registro da Ata de posse no cartório de títulos e documentos e repassará ao à Diretoria Executiva eleita.

**Art. 48** – A posse dos membros eleitos deverá ser realizada até o dia 10 (dez) do mês de janeiro subsequente ao da eleição.

**§1º** - A posse será realizada em Assembleia Geral Ordinária de forma presencial ou remota por meio eletrônico de reunião ou conferência;

**§2º** - Nessa Assembleia a Diretoria Executiva submeterá, aos associados presentes, o relatório de atividades e a prestação de contas da Tesouraria da gestão anterior em seus três anos de exercício ou pelo período de exercício da gestão;

**§3º** - Nessa Assembleia todos membros da chapa empossada receberão o certificado de posse em seus respectivos cargos, assinado pelo Presidente e Secretário que estão deixando a Diretoria Executiva da APEF;

**§4º** - O Termo de posse deverá conter a data inicial do período da nova gestão e sua duração (três anos);

**§5º** - O Presidente eleito prestará, na ocasião o seguinte juramento:

**"Prometo cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto da APEF, fazendo tudo o que me for possível em prol do Engenheiro Florestal e da Engenharia Florestal".**

**Art. 49** – A nova Diretoria Executiva deverá encaminhar cópias autenticadas do termo de posse aos Bancos, à SBEF, ao CREA, ao IBAMA, ao IAT ao poder legislativo estadual e municipal do Estado Paraná, Núcleos Regionais do CREA, aos Associados, à Policia Ambiental, poder judiciário federal e estadual, Ministério Público, e aos demais órgãos de interesse da APEF.

**Parágrafo Único** – A nova Diretoria Executiva deverá cadastrar as assinaturas do Presidente e do Tesoureiro Geral nos Bancos com contas correntes da APEF para suas movimentações financeiras.

**Art. 50**– Para preenchimento das vacâncias na Diretoria Executiva:

- a) Quando da Presidência, assumirá o cargo, o seu Vice-Presidente e na sequência de acordo com o parágrafo único do Art. 27, até o término do mandato;
- b) Os demais cargos serão preenchidos por nomeação do Presidente da Associação ouvido o Conselho Deliberativo e Fiscal.

**Parágrafo Único** – A reeleição para os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo e Fiscal só poderá ocorrer uma única vez, neste caso o candidato deverá se licenciar por ocasião da data de registro da sua chapa, retornando após a realização da apuração dos votos.

#### **DA REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL NO PLENÁRIO DO CREA**

**Art. 51** - A escolha dos representantes da entidade de classe junto ao plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-PR) será realizada por meio de eleição em Assembleia Geral, convocada especificamente para esse fim, podendo ser ordinária ou extraordinária, conforme disposto neste estatuto.

**§1º** - A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, mediante edital publicado conforme os meios de divulgação previstos neste estatuto, assegurando ampla participação dos Sócios Efetivos.

**§2º** - A eleição será realizada por voto direto e secreto, entre os Sócios Efetivos, em pleno gozo de seus direitos estatutários, sendo eleitos os representantes titulares e suplentes, conforme exigências do CREA-PR.

**§3º** - A ata da Assembleia Geral que deliberar sobre a escolha dos representantes deverá ser lavrada e registrada em cartório, contendo a relação nominal dos presentes, os resultados da votação e a qualificação completa dos eleitos.

**§4º** - Para representação institucional no CREA-PR podem se candidatar aos cargos de Conselheiro Titular e Suplente somente Sócios Efetivos, com o mínimo de 3 (três) anos de associado comprovadamente e com o registro regular e adimplente perante o CREA-PR e a entidade de classe, conforme disposto neste estatuto.

## CAPÍTULO VII

### DO EXERCÍCIO FINANCEIRO, ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO

**Art. 52** – O patrimônio da APEF será constituído por todos os bens móveis e imóveis, valores ou direitos adquiridos ou que venham a ser adquiridos.

**Parágrafo Único** – A compra, a venda e a oneração de bens imóveis só poderá ser efetuada com a aprovação da Assembleia Geral, com votos favoráveis de pelo menos dois terços dos votos apurados.

**Art. 53** – O exercício financeiro de cada Diretoria Executiva terá início na data da sua posse e findará no dia anterior ao da posse de uma nova Diretoria Executiva.

**Parágrafo Único** – O exercício fiscal da APEF se inicia no dia 1º de janeiro do ano de posse e finda no dia 31 de dezembro de cada ano do mandato correspondente.

**Art. 54** – À Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo e Fiscal competem verificar e aprovar, os balanços financeiros mensais e anuais elaborados pela Tesouraria e apresentá-lo na Assembleia Geral.

**Art. 55** – Como receita compreende-se:

- a) As anuidades dos Associados, contribuições e doações voluntárias;
- b) As subvenções, doações e quaisquer outros auxílios;
- c) Aluguéis de imóveis;
- d) Juros de títulos de renda e depósitos bancários;
- e) Receitas provenientes de cursos, seminários, congressos e outros eventos promovidos pela APEF;
- f) Receitas de vendas de produtos e materiais de interesse dos associados;
- g) Rendas eventuais não discriminadas.

**Art. 56** – Como despesas ordinárias, compreende-se:

- a) Pagamentos de impostos, taxas, prêmios de seguros, aluguéis, condomínios, IPTU, taxas de serviços públicos, salários de empregados, encargos sociais e outros;
- b) Custeio de viagens de representação da Associação;
- c) Custeio de obras;
- d) Mensalidades ou anuidades devidas;
- e) Valores para pagamento de contratação de serviços profissionais especiais;
- f) Gastos eventuais, devidamente autorizados pela Diretoria Executiva;
- g) Manutenção e melhorias do patrimônio;
- h) Custeio de viagens e hospedagem de conferencistas e palestrantes;
- i) Despesas da promoção e realização de cursos, seminários, congressos, festividades e eventos sociais;
- j) Manutenção e melhorias do patrimônio;



k) Despesas extraordinárias eventuais.

**Parágrafo Único** – As despesas extraordinárias deverão ser aprovadas pelo Conselho Deliberativo e Fiscal.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL**

**Art. 57** - A escrituração contábil da entidade será realizada de forma regular, obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade.

**Parágrafo Único:** A entidade manterá seus registros contábeis atualizados e em arquivos próprios, físicos ou digitais, devidamente organizados e disponíveis para eventuais auditorias, fiscalizações ou prestações de contas junto a órgãos de controle e instituições parceiras.

## **CAPÍTULO IX**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 58** – Nas Assembleias Gerais, reuniões do Conselho Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva, não poderão ser discutidas ou votadas, quaisquer propostas de aplauso, condenação ou crítica a partidos políticos ou credos religiosos.

**Parágrafo Único** – Excetuam-se as moções de apoio a legítimos interesses da sociedade como um todo, pendentes de solução ou de protesto, no caso de estarem tais direitos ou interesses ameaçados ou violados.

**Art. 59** – A APEF poderá afiliar-se às Federações, Confederações, Conselhos de Profissionais das classes por ela representadas, nacionais ou internacionais e que tenham finalidades complementares às suas, a juízo do Conselho Deliberativo e Fiscal ressalvando-se sempre sua autonomia e patrimônio.

**Art. 60** – Os casos omissos no presente Estatuto, serão resolvidos em reunião do Conselho Deliberativo e Fiscal tomadas como resolução até a ratificação pela Assembleia Geral Extraordinária convocada especificamente para esse fim.

**Art. 61** – O prazo de duração da APEF é ilimitado e sua dissolução só poderá ser efetivada por Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para esse fim, com a presença de, no mínimo, três quartos de seus associados. Acontecendo em primeira e única convocação se instalando em primeira convocação com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos associados e em segunda convocação, decorridos no mínimo 15 (quinze) minutos da hora fixada para a primeira convocação, com qualquer número de associados.

**§1º** - Os Associados com direito a voto devem estar em dia com seus compromissos contributivos com a APEF e em pleno gozo de seus direitos;

**§2º** - Em caso de dissolução da entidade, o patrimônio da APEF deverá ser apurado em moeda corrente nacional, por uma Comissão eleita na Assembleia Geral de dissolução, devendo o resultado líquido ser aplicado na quitação de seus compromissos administrativos, financeiros, contábeis e fiscais, por deliberação da Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, o respectivo patrimônio líquido será destinado a outra pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza semelhante, que atenda aos requisitos da legislação vigente e cujo objeto social seja, preferencialmente, compatível com os objetivos estatutários da entidade extinta.

**Art. 62** – O presente Estatuto somente poderá ser reformulado por decisão de qualquer Assembleia Geral, após divulgada a minuta a todos os associados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

**Art. 63** – O presente Estatuto, substitui o até então em vigor e entrará em vigência após aprovação em qualquer Assembleia Geral dos seus Associados e com seu registro em cartório.

Curitiba, 02 de Dezembro de 2025.

**LELLA REGINA CURT BETTEGA**

Presidente APEF Gestão 2024-2026  
Engenheira Florestal CREA/PR 25.120/D

**SÉRGIO DYMINSKI ARRUDA**

Secretário Geral APEF Gestão 2024-2026  
Engenheiro Florestal CREA /PR 25835/D

**LELLA REGINA CURT BETTEGA**

Advogada OAB/PR 20.437/D

ESTATUTO ANTERIOR: ALTERADO EM MARÇO DE 2022 – REGISTRADO EM 04/04/2022

REGISTRO ANTERIOR: Protocolo sob nº 990.803 Livro A – nº 8833 (Microfilmado sob nº 1.196.028) – 1º Ofício SRTD – Serviço de Títulos e Documentos Registro Civil de Pessoas Jurídicas (José Mendes Camargo) - Rua: Marechal Deodoro, nº 869, 5º andar, sala 504.

REGISTRO 2025:

(Microfilmado sob nº):